

Educação Matemática Inclusiva⁶⁹ e formação de professores: algumas manutenções e alterações nos últimos anos.

Ivete Maria Baraldi
Erica Aparecida Capasio Rosa

RESUMO

Nesse artigo, temos como objetivo esboçar um panorama histórico sobre a formação do professor de matemática que atua na educação de alunos com deficiência, especificamente, da Educação Especial em Campinas – SP. Ainda, buscamos mostrar como, em termos de políticas públicas, a Secretaria Municipal de Educação de Campinas se adequou aos paradigmas de uma educação com perspectiva inclusiva, focando a formação de professores (de Matemática). Com isso, percebemos que mudanças e manutenções, ao longo do tempo, aconteceram no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e a formação inicial e continuada dos docentes. Com esse trabalho, entendemos que estamos contribuindo, mesmo que de modo incipiente e local, para um esboço de uma história da educação matemática (inclusiva).

Introdução

O debate sobre diferença, diversidade, inclusão está cada vez mais presente na Educação Matemática, mostrando a importância da reflexão dessa temática na nossa área de conhecimento. Conhecer um pouco das alterações e das manutenções de paradigmas sobre a educação de pessoas com deficiência, ao longo do tempo, se torna relevante para entendermos o que é a inclusão.

Comecemos com a pré-história. Nessa época, as pessoas com deficiência eram abandonadas em ambientes perigosos na natureza, proporcionando a sua morte. Na Antiguidade elas também eram abandonadas, mas de uma maneira mais cruel, eram jogadas em penhascos, como podemos visualizar ao assistirmos o filme: “300”. Na Idade Média, a Inquisição da Igreja Católica “foi responsável pelo sacrifício de pessoas com deficiência mental, entre loucos, adivinhos e hereges” (RODRIGUES, 2008, p. 9), pois acreditavam que as pessoas que tinham um comportamento anormal para a época

⁶⁹ Embora ainda não seja um termo amplamente definido, é usado em alguns trabalhos com o intuito de identificar que a educação matemática deve ser também numa perspectiva inclusiva, considerando as especificidades dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

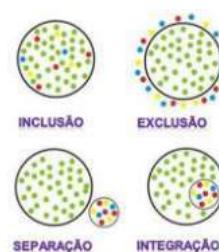
eram bruxas⁷⁰. No início da Idade Contemporânea, com a Revolução Francesa e o fortalecimento dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a educação se expandiu rapidamente e houve uma mudança de paradigma. As pessoas com deficiência também possuíam direitos, e entre eles, o de frequentarem uma escola e terem um ensino específico, sendo segregadas em locais especializados para o seu tratamento, pois também se pensava na cura desses indivíduos.

No século XIX, é quando efetivamente surgem autores que discutem a educação para indivíduos com deficiência, surgindo escolas específicas e com atendimentos especiais, marcando essa época também como segregação/separação. Somente na segunda metade do século XX, na década de 1970, é que podemos perceber a constituição de um novo paradigma, a integração, pois nesse período as escolas regulares começaram a aceitar a matrícula de estudantes com deficiência, porém eles ainda eram atendidos em salas separadas das salas de aulas regulares⁷¹ e a intenção era a de se adaptarem à escola e à sociedade.

A década de 1990 é marcada por trazer à tona a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais⁷², tanto na sociedade quanto no setor educacional. O marco considera-se como sendo a Declaração de Salamanca de 1994.

Por meio de um diagrama (Figura 1), mostramos como entendemos os paradigmas em relação às pessoas com deficiências.

Figura 1: Como entendemos os paradigmas



⁷⁰ A ilustração desse período pode ser visto em filmes sobre a Inquisição da Igreja Católica, como “Hãxan – A Feitiçaria Através Dos Tempos” (1923), do diretor: Benjamin Christensen.

⁷¹ Usamos os termos escola/salas regulares, não para dizer que as demais escolas, as especiais, são irregulares, apenas é uma indicação para diferenciar quando falamos das escolas não especializadas.

⁷² Como Rosa (2013, p. 14) utilizará a expressão “pessoa/aluno com deficiência” assumindo sua condição de pessoa inteira, com sua deficiência construída socialmente e a ela remetida (ONU, 2006) e entendendo deficiência como “toda parte ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica” (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 20). Se a limitação for específica, utilizaremos “pessoa/aluno cego” e “pessoa/aluno com baixa visão” (BRASIL, 2003) e, quando for uma especificidade educacional, utilizaremos “necessidade educacional especial” o que vem designar uma pessoa com ou sem deficiência que necessita de um auxílio educacional diferenciado por apresentar dificuldades na aprendizagem. (BRASIL, 2001).

Fonte:< <http://www.inclusive.org.br/?p=23982> > acesso 14 jun. 2014

Diante desse panorama, percebemos que, ao longo do tempo, existiram alterações de paradigmas em relação às pessoas com deficiência. Mas como isso se reflete na escola? E nas aulas de Matemática? E na formação de professores (de Matemática)? Quais foram as alterações e as manutenções de políticas públicas para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais em escolas regulares? Como os professores de Matemática concebem a inclusão? São muitas as questões que envolvem esse tema.

Com a intenção de responder algumas dessas questões, está sendo desenvolvida uma pesquisa de mestrado que tem como questão de pesquisa “Elaborar uma compreensão nossa, a partir do que os professores nos falam, sobre o que é inclusão escolar e o ensino e a aprendizagem de matemática?” pautados no objetivo geral de nossa investigação: elaborar uma compreensão, por meio das narrativas de professores que ensinam matemática, sobre a inclusão escolar e o processo de ensino e a aprendizagem de alunos com deficiência. Para atingir esse objetivo, utilizamos como metodologia de pesquisa a História Oral⁷³. Por meio das narrativas também foi possível visualizarmos como está ocorrendo à inserção de alunos com deficiências e/ou necessidades educativas educacionais nas escolas de Campinas e como a formação de professores é proporcionada com a finalidade de favorecer a inclusão desses alunos, nesses últimos anos. É sobre isso que vamos tratar a seguir.

Breve Histórico da Educação Especial em Campinas.

Desde a década de 1970, nas escolas municipais de Campinas, já existiam professores de Educação Especial fazendo o atendimento de estudantes com deficiência que eram matriculados na Rede. Nessa época, os professores de Educação Especial eram cedidos para trabalhar em instituições Especializadas sem fins lucrativos, por não existir uma demanda grande de matrículas desses alunos no ensino regular.

No entanto, em 30 de março de 1990, a primeira lei Orgânica relacionada à Educação Especial da cidade de Campinas é promulgada e fica estabelecido o

⁷³ Foram realizadas 9 entrevistas com professores que ensinam Matemática (sete com formação específica em Matemática e duas professoras de Educação Especial). As narrativas orais foram transcritas e textualizadas, conforme procedimentos estabelecidos pela História Oral e em consonância com os praticados por nosso grupo de pesquisa. Em outro trabalho, Rosa e Baraldi (2014), discutimos com mais detalhes sobre os aspectos metodológicos dessa pesquisa.

“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, na rede escolar municipal, assegurando-se obrigatoriamente matrícula em estabelecimentos próximos à sua residência” (CAMPINAS, 1990, art. 223). Ficando em consonância com a Lei Federal nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989, que prevê “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”.(BRASIL, 1989)

Em 1993, é instaurada uma portaria que estabelece normas para matrículas na Educação Infantil, dando prioridade às vagas para crianças com deficiência. Em 1994, é reconhecido o Programa de Educação Especial para o Ensino Regular, e um Setor de Referência de Educação Especial (SERES) é criado em 1995, com o intuito de favorecer o atendimento pedagógico nas Salas de Recursos e do Professor Itinerante⁷⁴.

No ano de 2000, ampliam-se os serviços especializados, agora coordenados pelo Programa de Educação Especial e por uma Equipe Central de Professores Itinerantes. E em 2004, a SME de Campinas já tinha alguns serviços como os Professores Itinerantes, Professores de Referência⁷⁵, sala de recursos para pessoas com deficiência visual, classe hospitalar e o SERES (extinto em 2005). Em 2007, a SME iniciou a contratação de professores de Educação Especial através de Concursos Públicos, exigindo o curso Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Para esses professores, a responsabilidade era a “organização e realização do processo pedagógico na aula, a participação na gestão da Unidade Educacional, bem como a coordenação em pesquisa, em projeto e em trabalho com a comunidade”. (CAMPINAS, 2007, Art. 6).

A matrícula de estudantes com deficiência e com transtornos globais de desenvolvimento⁷⁶ no Ensino Infantil, Fundamental e EJA, tornou-se garantida pela Lei Municipal nº 14.252, de 02 de maio de 2012. Essa lei está em consonância com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990).

Atualmente, as diretrizes para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva encontram-se nas “Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino

⁷⁴ São professores especializados em Educação Especial e eram responsáveis por visitar periodicamente determinadas escolas atendendo a todos os alunos com deficiência e aos professores do ensino regular.

⁷⁵ Professores de Educação Especial, eleito pelos seus pares.

⁷⁶ “aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.” (BRASIL, 2008, p. 15)

Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um Processo Contínuo de Reflexão e Ação” publicado em 2010.

Dessa forma, foi possível observar, ao longo do tempo, as alterações das políticas públicas relacionadas à Educação Especial, que estamos a entendendo como

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008)

mostrando a preocupação da SME de Campinas em se adequar para que possa desenvolver uma proposta de educação especial na perspectiva da educação inclusiva para o ensino municipal⁷⁷. Podemos observar no Quadro 1 a quantidade de pessoas com deficiência matriculada na Rede no ano de 2013.

Quadro 1: Matrículas do Ensino Fundamental (I e II) e EJA de alunos com deficiência na SME

NAEDs	Quantidade de Ues	Total de Matrículas	Total de matrícula de alunos com deficiências	Média de alunos com deficiência/UEs
Leste	5	1285	52	10,4
Noroeste	5	3798	80	16
Norte	5	3193	71	14,2
Sudoeste	10	5276	108	10,8
Sul	19	8828	241	12,6
Total	44	22380	552	12,54

Formação dos Professores em Campinas em relação à Educação Especial: o que nos dizem os dados da SME e as narrativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 – assegura que se deve ter “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996). No

⁷⁷ A Proposta de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva elaborada pelo Ministério da Educação em 2008 é o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2008)

entanto, não bastam somente leis para garantir a efetivação da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares e para que os professores obtenham formação específica. Diante das narrativas constituídas para nossa pesquisa, percebemos que, embora haja alterações em termos de políticas públicas em relação à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, algumas coisas ainda se mantêm quando pensamos na formação de professores (de Matemática).

Notamos que a inclusão de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais é uma realidade (im)posta aos professores. Embora, seja perceptível a elaboração de leis que garantem o acesso do estudante com deficiência nas escolas regulares no município de Campinas, desde meados da década de 1990, não vislumbramos o mesmo em relação à formação dos professores. A primeira menção a formação continuada relacionada à Educação Especial em Campinas é feita em um documento intitulado “Fundamentos e Diretrizes para a Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação de Campinas” elaborado em 2010 pela SME, no qual é apontada a importância da formação continuada para a formação dos profissionais que atuam na escola.

Conforme os dados da SME, em 2009 foram oferecidos cinco cursos aos professores cuja temática era a Educação Especial. Sobre a mesma temática, em 2010 foram sete cursos, em 2011 seis cursos, em 2012 nove, em 2013 apenas quatro e até o primeiro semestre de 2014 também quatro cursos. Talvez o decréscimo, nos anos de 2012 para 2013 na quantidade de cursos oferecidos seja por causa das reformas que aconteceram na Secretaria da Educação por conta da mudança de Governo.

A primeira aluna com deficiência que a professora de Matemática Elisabeth teve em sua sala de aula, no município de Campinas, foi em 1985. Ela nos conta que não teve muito sucesso no ensino, pois não tinha tantos recursos e nem formação, à época. Quando recebeu outros alunos com deficiências, em 1995, já como professora da rede municipal de Campinas, contou com o apoio da professora itinerante, atualmente chamada de Professora de Educação Especial. Esta professora lecionou para vários alunos com deficiência e, durante todo o período em que trabalhou no município, 20 anos, não cursou formação alguma relacionada à inclusão.

A professora Gabriela trabalha no município desde 1993, quando lecionou para seu primeiro aluno com deficiência, um cego. E desde então, frequentemente, alunos com deficiência são matriculados nas suas salas de aulas. Ela não teve formação alguma

referente à Educação Especial ou a inclusão de alunos com deficiência. Em sua narrativa conta que desconhece sobre os cursos de formação oferecidos pela SME.

No ano de 2013, o Professor 1⁷⁸ tinha três alunos com deficiências em suas salas de aulas de matemática. Ele trabalha há 10 anos nas escolas municipais e não cursou formação alguma oferecida pelo município, porém diferente de Gabriela, ele diz que ultimamente são oferecidos muitos cursos. Este professor ainda destaca que numa especialização que fez cursou uma disciplina que abordou a educação inclusiva, especificamente, alunos com deficiência intelectual.

A professora de matemática Fabiana é formada desde 2003 e trabalha na Rede Municipal desde 2010. Durante o período de sua graduação em Matemática não teve disciplina alguma que abordasse tal temática e também não fez curso de formação oferecido pela SME até então. Em uma parte de sua narrativa deixa explícita a importância da formação dos professores para que de fato a inclusão aconteça, pois argumenta que “*Para nós que não temos formação, é difícil lidar com esses alunos de inclusão*”.

Sol, professora de Matemática que leciona há 15 anos no município, afirma que não fez curso de formação sobre educação inclusiva, e durante o período de graduação também não realizou nenhuma disciplina sobre essa temática.

“Com relação a minha formação em educação inclusiva, não tive praticamente nenhuma, usava muito do bom senso e, às vezes, pesquisava sobre o assunto. Na faculdade não tive nenhuma disciplina que falasse sobre inclusão(...). Eu me aperfeiçoei para trabalhar com os alunos, pesquisando e realizando os cursos que eu conseguia conciliar com meus horários. Durante o período em que trabalhei no município foram oferecidos vários cursos de formação continuada sobre educação inclusiva, mas nunca consegui realizar algum. Geralmente, meu horário me permitia realizar apenas um curso, e como os alunos especiais eram uma minoria, um ou dois por turma e existia na escola a professora de Educação Especial, eu preferia fazer outros cursos, que beneficiaria a todos os alunos.” Esse trecho pertence à narrativa da professora de Matemática M⁷⁹, há 13 anos lecionando em escolas municipais de Campinas. Podemos perceber que no período em que trabalhou no município foram oferecidos vários cursos, mas ela não realizou nenhum. Assim como ela, a Professora

⁷⁸ Esse professor preferiu o anonimato e não escolheu um codinome. Dessa forma decidimos identificá-lo como Professor 1.

⁷⁹ Essa professora também preferiu o anonimato e escolheu como codinome a letra M.

²⁸⁰ também leciona há 13 anos no município e durante esse tempo cursou apenas uma formação em relação à educação inclusiva, em 2005, que foi oferecida pela SME.

Do total desconhecimento à decisão de não fazer curso algum, essas são, geralmente, as opções dos professores quando o assunto é referente à sua formação numa perspectiva inclusiva. Percebemos que os professores que ensinam Matemática envolvidos em nossa pesquisa não tiveram, em sua formação inicial, disciplinas responsáveis por abordar a educação especial e somente dois professores cursaram algum curso relacionado a essa temática na sua formação continuada. Assim, podemos visualizar que, nessas últimas décadas, pouco (ou quase nada) se alterou em relação à formação de professores (de Matemática).

Considerações finais

Nesse artigo, tivemos como objetivo trazer um panorama da história sobre a educação de alunos com deficiência, especificamente, da Educação Especial em Campinas – SP, que é o município lócus da pesquisa aqui apresentada.

Encerramos esse texto lembrando que as pessoas com deficiências sempre estiveram às margens da educação, o que tentamos esboçar diante do breve histórico que realizamos. Ainda, buscamos mostrar como, em termos de políticas públicas, a SME de Campinas tentou se adequar aos paradigmas de uma educação com perspectiva inclusiva. Como isso, percebemos que mudanças e manutenções, ao longo do tempo, aconteceram no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Percebemos também que falta incentivar o professor para a realização de tais formações que, frequentemente, vem sendo oferecida pelo município, e esse incentivo deveria vir dos dois lados, tanto das políticas públicas quanto do desejo dos professores.

Enfim, entendemos que estamos contribuindo, mesmo que de modo incipiente e local, para um esboço de uma história da educação matemática (inclusiva).

Referências

BRASIL. Casa Civil. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

⁸⁰ Essa professora também preferiu o anonimato e não escolheu um codinome. Dessa forma, a identificamos como Professor 2.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [Online] Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldade de comunicação e sinalização: deficiência visual. 2. ed. rev. – Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008

CAMPINAS. Lei Orgânica do Município. 1990. Publicada no Diário Oficial em 31/03/1990. Disponível em: < www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lom.htm > Acesso em: 17 jun. 14

CAMPINAS. Lei nº 12.987 de 28 de Junho de 2007. Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do magistério público municipal de campinas e dá outras providências. Disponível em < www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12987.htm > Acesso em: 17 jun. 14.

CAMPINAS, Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Finais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico / organização e coordenação: Heliton Leite de Godoy. – Campinas, SP, 2010. Disponível em: < <http://educacaoconectada.campinas.sp.gov.br/mod/resource/view.php?id=199> > Acesso em: 16 abr. 14.

CAMPINAS. Lei nº 14.252 de 02 de maio de 2012. Dispõe sobre a matrícula de deficientes físicos e mentais nas creches e escolas da rede pública municipal de ensino. Disponível em < www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei14252.htm > Acesso em: 17 jun. 14.

FERREIRA, Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ONU. Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 19 out. 12.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. (org.) **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.** Bauru: MEC/FC/SEE, 2008

ROSA, Erica Aparecida Capasio; BARALDI, Ivete Maria. **Alunos com deficiências e professores que ensinam matemática:** considerações sobre a inclusão em escolas municipais de Campinas-sp. In II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores, 2014, Águas de Lindóia/SP. **Anais...** Águas de Lindóia/SP, 2014. Disponível em: <www.geci.ibilce.unesp.br/logica_de_aplicacao/site/index_1.jsp?id_evento=31>. Acesso em: 02 jun. 14.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. **Professores de Matemática e a Educação Inclusiva:** análises de memoriais de formação. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2013.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos. Jomtien, Tailândia. 1990.